

EDITORIAL

Este segundo número da REVISTA DA PGFN conta com três artigos de convidados, cinco artigos de Procuradores da Fazenda Nacional, um texto de autoria do Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional Leon Frejda Szklarowsky, dois pareceres da PGFN e um comentário de jurisprudência.

Foram convidados a apresentar trabalhos no segundo número da REVISTA DA PGFN, o Dr. Marcus Faro de Castro, a Dra. Liziane Angelotti Meira e a Dra. Maria Lucia de Paula Oliveira. O primeiro discorreu, sob a perspectiva do direito tributário, acerca da construção de convergências entre a economia e o direito. A segunda examinou os aspectos tributários da integração do Brasil no âmbito do MERCOSUL, notadamente quanto aos tributos incidentes sobre o comércio exterior e procedimentos de controle aduaneiro. A última das convidadas desenvolveu reflexões filosófico-jurídicas acerca do desafio ético-profissional do advogado público.

Nos artigos de Procuradores da Fazenda Nacional são abordados os seguintes temas relevantes:

- a) o caráter indenizatório de rendimentos do empregado e a constitucionalidade da contribuição patronal;
- b) a responsabilidade tributária do sócio-administrador por uma concepção subjetiva e solidária;
- c) o controle difuso de constitucionalidade no recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça;
- d) a conciliação na Justiça Federal, a indisponibilidade do interesse público e a questão da isonomia e
- e) uma análise histórica da repercussão geral e da arguição de relevância.

Este segundo número da REVISTA DA PGFN, como bem destacado na apresentação da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, realiza uma justa homenagem ao Dr. Leon Frejda Szklarowsky, um dos mais destacados e abnegados Procuradores da Fazenda Nacional. Nesse sentido, veicula-se o texto de uma palestra proferida pelo Dr. Leon no ano de 1977 versando sobre a implantação, na PGFN, do processamento eletrônico da Dívida Ativa da União. O registro demonstra, de forma singular, a visão pioneira do profissional do direito e da instituição, notadamente quanto ao uso dos computadores e meios eletrônicos, verdadeira revolução dos tempos modernos.

Divulgam-se, nesta edição da Revista, dois relevantes pareceres do órgão. O primeiro trata da relação jurídica tributária continuativa ante a superveniência de precedente definitivo do Supremo Tribunal Federal. O segundo parecer aborda o alcance da expressão “emprego permanente” e sua repercussão na percepção de vantagens pecuniárias no seio da Administração Pública Federal.

O comentário de jurisprudência analisa uma importante decisão do antigo Conselho de Contribuintes acerca das práticas de planejamento tributário com fundamento na utilização de tratados internacionais.